

FecomercioSP critica multa no comércio exterior e pede revisão

Para entidade, medida pode pesar mais sobre pequenas empresas do que sobre grandes operações

A nova regra de penalidades no comércio exterior passou a preocupar o setor produtivo por, na prática, poder pesar mais sobre pequenas empresas do que sobre grandes operações. O alerta foi levado pela FecomercioSP à Receita Federal do Brasil, em reunião realizada nesta terça-feira (24), em Brasília.

A mudança foi introduzida pela Lei Complementar 227/2026, que alterou o regime de penalidades ao extinguir a multa de 1% sobre o valor aduaneiro por erros ou omissões na declaração de importação. Em seu lugar, passou a valer um modelo com valores fixos e pisos mínimos elevados, o que, segundo a entidade, pode distorcer a lógica de proporcionalidade e ampliar desigualdades entre operadores.

Na avaliação da federação, o novo formato cria um efeito regressivo, com impacto mais significativo sobre operações de menor porte. Um exemplo cita-

do ilustra essa diferença: em uma transação de R\$ 50 mil, a multa mínima de R\$ 10 mil pode representar 20% do valor da operação. Já em negócios de R\$ 2 milhões, a penalidade máxima de R\$ 20 mil equivale a apenas 1%.

Esse descompasso, segundo a entidade, atinge principalmente micro e pequenas empresas, que já enfrentam mais dificuldades para acessar o comércio internacional, seja por custos logísticos, burocracia ou falta de escala. Na prática, a nova regra pode reforçar um cenário de concentração, em que grandes companhias seguem operando com mais facilidade, enquanto empresas menores enfrentam barreiras adicionais.

Outro ponto de preocupação é a subjetividade da legislação. A presença de conceitos considerados abertos pode ampliar margens de interpretação e transformar erros formais em sanções elevadas, aumentando o risco ju-

rídico e o custo de conformidade. Para empresas com menor estrutura, isso pode significar a necessidade de mais investimento em assessoria especializada ou até a desistência de operar no comércio exterior.

Durante a reunião com a Receita, representantes da FecomercioSP defenderam ajustes na regulamentação para garantir maior previsibilidade e proporcionalidade. Entre as propostas apresentadas estão a redução do piso das multas, a criação de mecanismos de orientação prévia aos contribuintes e a diferenciação entre erro administrativo e conduta fraudulenta.

A entidade também sugeriu a adoção de práticas de conformidade cooperativa, com foco em orientação e correção antes da aplicação de penalidades mais severas. A avaliação é de que o modelo atual, se mantido sem ajustes, pode funcionar como uma barreira de entrada, especialmen-

te para quem tenta iniciar operações internacionais.

O encontro reuniu representantes da Receita Federal e integrantes do Conselho de Relações Internacionais da FecomercioSP, além de especialistas da área aduaneira. Do lado do órgão federal, houve sinalização de abertura para o diálogo e reconhecimento de que a regulamentação ainda pode ser aprimorada com contribuições técnicas do setor produtivo.

A discussão ocorre em um momento em que o Brasil busca ampliar sua presença no comércio internacional e diversificar o perfil das empresas exportadoras. Hoje, as operações ainda estão concentradas em grandes grupos, o que limita a participação de pequenos negócios e reduz o potencial de expansão da base exportadora.

Nesse contexto, o desenho das regras tributárias e aduaneiras passa a ter papel decisivo. Para

a FecomercioSP, penalidades desproporcionais podem desestimular a formalização e afastar empresas do mercado externo, indo na contramão de políticas que buscam ampliar a competitividade do país.

Mais do que questionar a existência de sanções, a entidade defende que o sistema seja calibrado para punir irregularidades sem inviabilizar operações regulares. O desafio, segundo a federação, está em equilibrar fiscalização e estímulo econômico, garantindo segurança jurídica e condições mais equitativas para empresas de diferentes portes.

Na avaliação da entidade, o avanço da regulamentação será determinante para medir os efeitos práticos da nova regra. A expectativa é que o diálogo com a Receita permita ajustes que evitem distorções e reduzam impactos desproporcionais sobre empresas de menor porte. O tema pode seguir em debate.



Federação enfatiza subjetividade da legislação e consequências para o operador de menor porte

Forças de Segurança receberão R\$ 161,5 milhões para viaturas, armas e tecnologia

O Governo de São Paulo anunciou um pacote de R\$ 161,5 milhões em investimentos em segurança pública, com a entrega de viaturas, armamentos e equipamentos para as polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros. A ação marca a primeira etapa de aportes previstos para 2026.

A entrega foi realizada nesta terça-feira (24), na capital, e inclui 258 viaturas, entre motocicletas, SUVs, caminhonetes e veículos de resgate. A maior parte foi destinada à Polícia Militar, que recebeu 231 unidades, além de 15 mil coletes balísticos. Já o Corpo de Bombeiros recebeu 27 viaturas e 715 equipamentos de proteção respiratória para atuação em ocorrências de alto risco.

Para a Polícia Civil, foram distribuídas 1,5 mil pistolas. O

pacote também inclui reforço tecnológico: 1,2 mil câmeras de leitura automática de placas e reconhecimento de pessoas procuradas, que serão integradas ao sistema Muralha Paulista e acoopladas às viaturas. A proposta é ampliar a identificação de veículos irregulares e suspeitos em tempo real.

Segundo o governo, novas entregas devem ocorrer nos próximos meses. A previsão é de mais 1.173 viaturas até o fim do ciclo, com investimento adicional em armamentos e equipamentos que pode chegar a R\$ 222 milhões.

Os equipamentos serão distribuídos entre a capital, região metropolitana e cidades do interior, como Campinas, Ribeirão Preto, Santos e Sorocaba. A ampliação da estrutura ocorre em meio a



Verba será distribuída para capital, Grande São Paulo e interior

uma estratégia que combina reforço operacional e uso de tecnologia no policiamento.

Além das entregas, o governo também anunciou medidas voltadas às carreiras policiais. Entre

elas, o pagamento de R\$ 609 milhões em bonificação por resultados referente a 2025 e propostas de reajuste salarial de 10% para as categorias. Projetos enviados à Assembleia Legislativa preveem

ainda mudanças nos planos de carreira, com novas regras para promoções e progressão funcional.

No caso da Polícia Civil, a proposta prevê critérios mais técnicos para avanço na carreira, como desempenho e qualificação. Já na Polícia Militar, as mudanças incluem reorganização de quadros e ajustes nas regras de promoção.

O pacote combina aumento de frota, modernização tecnológica e revisão de carreiras, em uma tentativa de ampliar a capacidade operacional das forças de segurança no estado.

O pacote combina aumento de frota, modernização tecnológica e revisão de carreiras, em uma tentativa de ampliar a capacidade operacional.